

ANÁLISE DAS METODOLOGIAS DE CONCESSÕES DE CRÉDITO APLICADAS PARA PESSOAS JURÍDICAS NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO EM CHAPECÓ/SC

Victor Manoel Bartolamey Azzolini¹

Juliana Eliza Benetti²

RESUMO

Considerando-se que a expansão do crédito nas últimas décadas foi um dos principais motores para o crescimento e desenvolvimento de negócios no Brasil, buscou-se como objetivo geral para este estudo, analisar as metodologias adotadas para concessões de crédito aplicadas para Pessoas Jurídicas nas Cooperativas de Crédito em Chapecó/SC. Com relação aos procedimentos metodológicos utilizados, foi método indutivo, o nível da pesquisa é de caráter descritivo, o delineamento foi classificado como levantamento ou *survey*, as coletas foram por meio das entrevistas e os dados foram analisados de forma qualitativa. O presente estudo identificou que as cooperativas analisadas dispõem de um setor específico para a análise de concessão de crédito, com base em uma metodologia que determina métodos, critérios e alçadas para a tomada de decisão e, que essa metodologia se torna eficaz em relação ao índice de inadimplência das cooperativas. Também foi observado, segundo informações dos gestores, que os relatórios contábeis fornecidos pelos contadores não condizem com a situação real das organizações, prejudicando tanto para o analista de crédito, que tem dificuldade em analisar os números da organização, quanto para o tomador de crédito, que fica limitado às linhas de crédito oferecido pelas cooperativas.

Palavras-chave: Metodologia. Concessão de Crédito. Cooperativas.

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais motores do crescimento brasileiro nos últimos anos foi à alta expansão da oferta de crédito aos clientes, que permitiu uma aceleração dos investimentos e do consumo no país.

Muitas organizações se aproveitaram da aceleração para expandir seus negócios e tornarem-se ainda mais competitivas no mercado. A abusiva procura do consumidor na busca do crédito para adquirir suas necessidades e desejos, incentivou de forma direta as empresas alavancarem seus negócios com a elevação da oferta ao consumidor.

Quando se fala em captação de crédito, também deve se verificar as contas a receber, pois todo crédito concedido, poderá tornar-se uma inadimplência caso não for liquidado no

¹ Graduado em Tecnólogo em Logística SENAC – Faculdades (2011) e Administração UCEFF (2016).

² Graduada em Ciências Contábeis UNOESC e Mestre Ciências Contábeis FURB. E-mail: juliana@uceff.edu.br.

prazo acordado. Para que se evite elevado índice de inadimplências nas organizações, fez necessário replanejamentos para estudar estratégias para a gestão de risco de crédito.

Por isso a importância da definição da política de crédito, pois conforme relatam Assaf Neto e Tibúrcio Silva (2002), a política de crédito concretiza parâmetros em relação as negociações a prazo e, com a política, estarão os elementos fundamentais para a concessão, a monitoria e cobrança do crédito minimizando o risco da inadimplência.

Diante deste contexto, a questão problema desta pesquisa é: **Quais as metodologias adotadas para tomar decisões de concessões de crédito aplicadas para Pessoas Jurídicas nas Cooperativas de Crédito de Chapecó/SC?**

Neste sentido, o objetivo geral é analisar as metodologias adotadas para concessões de crédito aplicadas para Pessoas Jurídicas nas Cooperativas de Crédito em Chapecó/SC.

Para alcançar o objetivo geral foram traçados quatro objetivos específicos, sendo: a) Identificar as metodologias adotadas para concessões de crédito aplicadas para Pessoas Jurídicas nas Cooperativas pesquisadas; b) Verificar, na opinião dos gestores, se as metodologias adotadas pelas Cooperativas são eficazes em relação a inadimplência; c) Diagnosticar, na visão dos gestores, se os relatórios contábeis fornecidos pelos profissionais contábeis condizem com a situação real das empresas solicitantes do crédito; e d) Efetuar um comparativo entre as políticas de crédito adotada por cada Cooperativa, procurando apontar os pontos positivos e falhos.

Está pesquisa justifica-se pelo fato da importância do administrador financeiro dentro de uma organização, pois juntamente com os demais setores, o administrador tem o papel de gerenciar a saúde financeira de uma organização.

Pois, com o mercado cada vez mais competitivo, levam-se as organizações a gerenciar seus processos e setores de forma que reduza custos e aumente os lucros. Entre a gerência desses setores e processos, encontra-se o setor de Cadastro e análise de crédito, que tem papel fundamental na administração financeira, pelo fato de gerenciar a flexibilidade da concessão de crédito, de forma que facilite o atendimento aos seus clientes, buscando reduzir os riscos de crédito. Uma política liberal dá à empresa um dispositivo de vendas significativas. Ao mesmo tempo, em que se torna um pilar em seu faturamento, também pode colocar a empresa em perigo, com alto risco de inadimplência.

Por isso a importância de estudar sobre a gestão do crédito no ato da concessão de crédito nas cooperativas de crédito, buscando conhecer métodos para gerenciar de forma eficiente e eficaz.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COOPERATIVISMO

O cooperativismo é um sistema socioeconômico que está ganhando seu território, pois visa à inclusão social e têm o objetivo de produzir algo para um todo. Cooperativismo vem do verbo, cooperar, que significa atuar juntamente com os outros, para um mesmo fim, contribuir com trabalho, esforços, auxílio e colaborar.

Segundo informação da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (2010) o cooperativismo trata-se de uma filosofia de vida e mobilização socioeconômico capaz de mobilizar a expansão e progresso do bem-estar-social.

Diante dos conceitos se torna nítido o porquê da expansão do cooperativismo, pois é através de cooperativas que se torna possível desenvolver o sistema econômico e, a união e o bem-estar do ser humano, buscando resultados para o mesmo fim de forma não individualizada, onde todos colhem o mesmo fruto de maneira justa.

As cooperativas estão localizadas em toda parte do mundo, cada qual com suas atividades, estruturas, situações econômicas e culturais. Mas todas partem de um ideal, o sistema de cooperativismo.

Pinho (2004, p.124) define cooperativas como “São sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços, como também a realizar determinados programas educativos e sociais”.

Cooperativa é nada menos, que uma sociedade de pessoas com os mesmos objetivos e interesses econômicos e culturais, de forma e natureza jurídica, que adota o sistema cooperativismos para os seus princípios e valores.

Como no sistema de empresas privadas, o sistema de cooperativa também está exposto em diversos ramos. Segundo OCB (2010) o Sistema Cooperativista, está composto com 13 ramos, tais como: Agropecuário, Crédito, Trabalho, Transporte, Saúde, Educacional, Habitacional, Infraestrutura, Produção, Consumo, Mineral, Turismo e Lazer e, Especial.

Segundo Silva (2003) a divisão por ramo, facilita para o sistema cooperativista, o melhor entendimento da formação, estrutura, composição e participação nos diversos setores econômicos, sendo possível a comparação com as demais organizações privadas.

De acordo com OCB (2010) a cooperativa de crédito é um dos principais ramos da atividade cooperativista, pelo simples fato de envolver 45% dos associados de todos os ramos, totalizando em 4.019.258 associados.

As Cooperativas de Crédito têm grande importância no sistema econômico, pois tratam-se de Instituições financeiras, sem fins lucrativos e podem ser administradas pelos próprios associados.

Pinho (2004) ressalva a importância das cooperativas de crédito nas regiões onde atuam, pelo fato que os valores que os associados aplicam nas poupanças, as cooperativas reaplicam na própria região de atuação, assim contribuem para estimular e desenvolver o crescimento e corrigir os desequilíbrios regionais.

Considera-se que as cooperativas de crédito sobressaem das demais instituições financeiras, pois os associados recebem um atendimento diferenciado e também têm a possibilidade de participar da gestão e dos resultados da cooperativa o qual faz parte.

2.2 GESTÃO DE CRÉDITO

Para a empresa, toda concessão de crédito gera um risco, diante disso é necessário que exista uma gestão de crédito de acordo com o volume e a necessidade da organização. Uma gestão de crédito organizada pode considerar um risco menor de inadimplência.

Segundo definição de Santos (2001), qualquer empresa que conceder prazo de pagamento aos seus clientes, está se caracterizando uma operação financeira denominada de crédito comercial.

Silva (2003, p. 63) também relata que existem várias “[...] definições de crédito como sendo algo do tipo que é a confiança de que a promessa de pagamento será honrada. Porém acredita que a confiança é um elemento necessário, mas não é suficiente para uma decisão de crédito”.

Por isso a importância da política em gestão de empresas, pois são ferramentas que especificam padrões de ordens e decisões para resoluções de problemas cotidianos e semelhantes. Segundo Jucius e Schlender (1979) as políticas proporcionam orientação uniforme e consistente nos casos de problemas, questões ou situações que se repetem frequentemente.

Numa organização que mantém seus processos e suas tarefas padronizadas, tendem formalizar políticas de padronização para colaboradores seguirem de acordo com a melhor adequação.

“As políticas de crédito são a base da eficiente administração de Valores a Receber, pois orientam a forma como o crédito é concedido, definindo padrões de crédito, prazos, riscos, garantias exigidas e condições de crédito” (RIGO; CHEROBIM; LEMES JÚNIOR, 2002, p. 444).

É de extrema importância antes de conceder uma venda a prazo para o novo ou atual cliente, fazer uma análise criteriosa dos seus dados cadastrais.

“A análise de crédito não se resume a uma análise inicial. A situação do cliente, mesmo daqueles antigos e tradicionais, deve ser monitorada e atualizada, quanto aos aspectos de pontualidade, capacidade de pagamento e situação financeira” (HOJI, 2003, p. 129).

Essa análise pode ser elaborada basicamente com a técnica dos 5 Cs, conforme Rigo, Cherobim e Lemes Júnior, (2002) que remetem ao caráter, capacidade, capital, colateral e as condições do indivíduo. É necessário ter um bom conhecimento do cliente, além de um bom e equilibrado senso, técnica, critérios e discernimento, para que assim, a transformação de dados quantitativos possa ser realizada de maneira justa, adequada e inteligente.

2.3 DECISÃO DE CRÉDITO

Para toda análise de crédito existirá uma decisão a ser tomada, algumas mais simples, quanto outras mais complexas, dependentes de diversos fatores e informações para serem analisadas.

Para a decisão ser assertiva Rigo, Cherobim e Lemes Júnior (2002) relatam que a empresa deve ter estabelecido procedimentos de forma adequada e estabelecida, para que seja possível a captação das informações sobre o pretendente a receber o crédito, servindo como suporte para a análise da decisão da concessão do crédito. Ressalta a importância da coleta de dados para formar uma informação. Dependendo de onde é extraída os dados, faz necessário uma pré-análise para transforma-los numa informação.

As informações são praticamente a matéria prima para a decisão do crédito. De acordo com o Silva (2003) a obtenção de informações confiáveis eficiente tratamento das mesmas, transformam-se numa base sólida para uma tomada de decisão de crédito segura.

Para Rigo, Cherobim e Lemes Júnior (2002) as informações utilizadas e fornecidas pelos clientes, para analisar e conseqüentemente tomar uma decisão são basicamente as citadas no Quadro 01.

Quadro 01 - Obtenção de Informações

Tipo de Pessoa	Informação
<p align="center">Pessoas Jurídicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Documentação legal da pessoa jurídica, como estatuto, acionistas majoritários, proprietários, vínculos com outras empresas, eleição de pessoas que autorizadas a assinar pela pessoa jurídica, poderes de quem assiná, documentação legal de bens, etc. • Demonstrações financeiras dos últimos três anos, de preferência com parecer de auditor independente, visando à elaboração de análise financeira e, com ela, a definição do limite de crédito. • Ficha cadastral da empresa indicando principais clientes e fornecedores, proprietários e dirigentes.
<p align="center">Pessoas Físicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ficha cadastral de pessoa física. • Comprovantes de renda de outras pessoas da família. • Cópia da documentação, RG, CPF, comprovante de residência, comprovantes de rendimentos, comprovantes de propriedade dos bens e se estão onerados ou não.

Fonte: Adaptado de Rigo, Cherobim e Lemes Júnior, (2002)

De acordo com Sá (2004) a ficha cadastral é um conjunto de informações de um determinado cliente, a qual poderá determinar um conceito do analisado, conseqüentemente a liberação do crédito. Ainda para Sá (2004) as informações quem compõe a ficha cadastral são de 03 naturezas básicas: informações cadastrais, financeiras e comportamentais.

O preenchimento correto da ficha cadastral na hora de obter as informações é de extrema importância, pois na hora de decidir o crédito, a informação estará disponível, conseqüentemente facilitará e trará confiança no momento da tomada de decisão para a concessão do crédito. Como toda confiança existe um risco e a concessão de crédito se trata de uma confiança, as organizações tomam providências para diminuir o risco e evitar uma possível perda dos seus respectivos valores negociados.

Quando na análise de crédito identificar que a concessão de crédito para um determinado cliente não seja recomendada ou que o volume negociado está superior ao aceitável, a empresa poderá solicitar apresentação de garantias reais para diluir o risco.

Para Rigo, Cherobim e Lemes Júnior (2002, p. 447) “As garantias representam o comprometimento de outras pessoas, físicas ou jurídicas, pela dívida assumida ou a definição de bens, que podem ser móveis ou imóveis, que responderão pela dívida caso o devedor não consiga pagá-la”. Ainda Rigo, Cherobim e Lemes Júnior (2002) as garantias estão classificadas em garantias pessoas e as reais. Conforme pode ser observado no Quadro 02.

Quadro 02 - Tipos de Garantias

Pessoais	Reais
<ul style="list-style-type: none"> • Aval • Fiança 	<ul style="list-style-type: none"> • Alienação Fiduciária • Hipoteca • Penhor • Anticrese

Fonte: Adaptado Rigo, Cherobim e Lemes Júnior (2002).

Quanto a decisão de qual hipoteca a ser solicitada, fica sob análise do analista de crédito, em decidir qual será a melhor garantia para uma determinada negociação. Ambas garantias assumem o papel de garantidor do compromisso assumido, cabendo escolher qual se encaixará com a operação contratada.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Neste sub tópico estão presentes os estudos que obtém relação com o tema desta pesquisa, os quais contribuíram para a elaboração deste, conforme apresentado no Quadro 03.

Entende-se que é de extrema importância comparar os estudos anteriores com o conteúdo desta pesquisa, pois é possível verificar se os métodos adotados pelas cooperativas estudadas estão de acordo com as demais instituições financeiras já analisadas.

Quadro 1 - Estudos anteriores

Autor (Ano)	Tipo de Trabalho Científico	Objetivo Geral	Metodologia	Principais Resultados
Benetti (2001)	Monografia	Demonstrar como Análise das Demonstrações Contábeis, pode contribuir com as Instituições Financeiras por ocasião da análise e concessão de crédito a uma empresa.	O método utilizado para a pesquisa de campo foi em forma de questionário.	A contabilidade através de suas técnicas de registros, controle e análise das demonstrações pode contribuir com as Instituições Financeiras na elaboração de informações, indicadores à cerca do desempenho econômico e financeiro da empresa, em análise, permitindo assim uma redução de riscos em relação ao crédito concedido.

Soares (2006)	Monografia	Verificar quais são os instrumentos utilizados pelas cooperativas de crédito da cidade de Blumenau-SC para análise de crédito de seus associados.	Pesquisa descritiva, do tipo <i>survey</i> , com abordagem quantitativa. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário, com perguntas abertas e fechadas.	Ao analisar um crédito o analista precisa contar com instrumentos de crédito, capazes de identificar a idoneidade, cadastro, documentação e a situação financeira da pessoa física ou pessoa jurídica.
Mendes (2007)	Monografia	Relacionar os procedimentos que uma cooperativa singular de crédito deve adotar para se enquadrar em cada um dos limites operacionais estabelecidos por seus órgãos fiscalizadores.	Foi utilizado o método descritivo, desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica. O problema é abordado de forma qualitativa.	Com a fundamentação teórica, conseguiu-se expor um pouco da história do cooperativismo e das cooperativas de crédito. Em relação aos limites operacionais abordados, o BACEN legisla somente sobre o grau de imobilização máxima.
Reiter (2013)	Monografia	Identificar o monitoramento, controle e a avaliação do risco de crédito em uma cooperativa de crédito.	Pesquisa exploratória, quanto aos procedimentos foi aplicado entrevista, análise documental e observação não participante.	A importância de uma revisão constante nas formas de análise de risco e em se seguir metodologias já firmadas no mercado para que dessa forma se possa amenizar muitos dos riscos em que a empresa está exposta.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Observou-se através do Quadro 03 que cada autor dos estudos relacionados, conseguiu atender o objetivo geral de sua pesquisa, podendo assim, considerar que cada estudo é válido para realizar comparações. Todos estudos contribuíram com a realização das comparações desta pesquisa, sendo que cada um abordou assunto semelhantes, podendo traçar uma linha cronológica de acordo com as análises das entrevistas realizadas com os gestores das cooperativas.

3 METODOLOGIA

No que se refere ao método científico, este estudo classifica-se com o método indutivo. “De acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas contatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade” (GIL, 2014, p 10).

Com relação ao nível, esta pesquisa foi desenvolvida de forma descritiva. Conforme Barros e Lehfeld (2007, p. 84) relatam que a pesquisa descritiva “[...] não há interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto de pesquisa. Procura descobrir a frequência com que

um fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos”. O delineamento desta pesquisa foi classificado como levantamento ou *survey*, que segundo Gil (2014, p. 55), “[...] caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

O instrumento utilizado para a coleta dos dados para esta pesquisa foi através da entrevista. De acordo com Gil (2014, p. 109) “Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”.

A população da presente pesquisa científica são as 04 Cooperativas de Crédito da cidade de Chapecó/SC. “Uma população é um grupo de pessoas ou empresas que interessa entrevistar para o propósito específico de um estudo” (ROESCH, 2009, p. 138).

A amostra desta pesquisa delimita-se a 04 Cooperativas de créditos de Chapecó e classifica-se como não probabilística intencional. “A amostragem não probabilística é aquela em que os elementos da amostra são deliberadamente selecionados e, por essa razão não assegura representatividade da população para a generalização dos resultados obtidos” (RAMPAZZO; CORRÊA, 2008, p. 89).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A amostra desta pesquisa foi delimitada para 04 Cooperativas, porém obteve retorno de somente 03. A partir deste tópico, estão apresentados os dados coletados através das entrevistas realizadas com os gestores das 03 Cooperativas de Créditos, situadas na cidade de Chapecó/SC.

Em virtude do sigilo das informações, fora combinado com as Cooperativas entrevistadas, que não seriam mencionados os nomes das Cooperativas e também dos gestores entrevistados. Por conta disso, as cooperativas foram denominadas como A, B e C.

A entrevista iniciou-se buscando saber qual o perfil dos principais tomadores de crédito, baseando-se no enquadramento tributário que os quais se encaixam, onde os principais tomadores de crédito da Cooperativa A e C, são os Microempreendedor Individual – MEI e os Microempreendedores – ME, já os principais tomadores de crédito da Cooperativa B é as Empresas de Pequeno Porte – EPP e as Empresas de Grande Porte, podendo assim considerar que o risco em relação a valores concedidos na Cooperativa B é mais considerável do que as outras cooperativas.

Neste estudo todas as cooperativas relataram que detêm de um setor específico de análise de crédito, denominado como Comitê de Crédito, porém cada uma com suas políticas. De acordo com Soares (2006), todas as Cooperativas estudadas em sua pesquisa também detêm de um suporte do Comitê de Crédito para realizar as análises de concessão de crédito.

O Quadro 04 apresenta a metodologia adotada pelas Cooperativas para analisar a concessão do crédito.

Quadro 04 - Metodologia adotada para analisar a concessão do Crédito

Cooperativas	Métodos
A	Todas as informações cadastrais e contábeis são encaminhadas para a análise técnica, juntamente com a solicitação, sendo aprovada ou reprovada, a decisão para dar continuidade será da agência. Existem critérios restritivos que podem até bloquear a liberação do crédito, chamado de Relevantes, como processos judiciais, dívida vencida em prejuízo... Mas também existem os irrelevantes, como restrições de Água, luz, telefonia... É um conjunto de tomada de decisões, não é somente uma pessoa. Existem alçadas para as liberações de créditos.
B	São encaminhadas as informações contábeis, juntamente com os dados cadastrais para os analistas de créditos. Após analisados é retornado com o parecer de crédito.
C	As informações cadastrais e contábeis são lançadas nos sistemas e ele dará um Nível de avaliação. Dependendo do Nível, ele determinará quem será o responsável para a tomada de decisão. Existem alçadas para as liberações de créditos.

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Observa-se no Quadro 04 que a principal etapa para iniciar a análise da concessão de crédito para ambas as cooperativas é tomar posse das informações cadastrais e contábeis e posteriormente encaminhar para os analistas de crédito dar início a análise de forma mais criteriosa.

Rigo, Cherobim e Lemes Júnior (2002) também enfatizam a importância da obtenção das informações para a análise da concessão de crédito e que deve ser solicitado a ficha cadastral e as informações contábeis dos últimos 03 anos.

Existem também os critérios para a análise de crédito, onde o analista poderá tomar a decisão da liberação ou reprovação do crédito solicitado, conforme demonstrado no Quadro 05.

Quadro 05 - Critérios analisados para a concessão de crédito

Metodologia	Cooperativa A	Cooperativa B	Cooperativa C
Critérios	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Informações Cadastrais; ✓ Análise Técnica; ✓ Tempo de constituição da empresa; ✓ Tempo de associação; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ramo de Atividade da empresa; ✓ Tempo de Cooperação; ✓ Valor do Faturamento; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dados Contábeis; ✓ Movimentação na cooperativa; ✓ Caráter; ✓ Idoneidade;

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Movimentação na cooperativa; ✓ Reciprocidade; ✓ Movimentação de crédito na cooperativa; ✓ Visita in loco; ✓ Consulta nos Órgãos de Proteção ao Crédito (SPC, Serasa e SCR); ✓ Sistema de Score do Serasa; ✓ Processos Judiciais; ✓ Garantias 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Se o valor da parcela ficará dentro da sua capacidade de pagamento; ✓ Restritivos (Se o cooperado possui alguma pendência no Serasa ou Banco Central) ✓ Finalidade e prazo da Operação; ✓ Garantias 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Qual é a renda; procedência da renda; ✓ Verificar o comprometimento da renda; ✓ Capacidade de pagamento; ✓ Restritivos no SPC, Serasa e SCR; ✓ Garantias
--	---	--	--

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Verifica-se o Quadro 05 que cada Cooperativa tem seus critérios, alguns semelhantes, porem cada uma determina qual é o mais relevante. Conforme Santos (2001) relata, um dos principais elementos para a concessão de crédito é a elaboração de critérios para aprovação de crédito. Outro item analisado na metodologia para tomada de decisão para concessão de crédito nas Cooperativas são as garantias solicitadas.

De acordo com a pesquisa realizada por Benetti (2001) as principais garantias que os bancos solicitavam para conceder o crédito eram o Aval, Hipoteca e a Alienação Fiduciária.

Já Soares (2006) apontou em seu estudo, que as garantias mais utilizadas pelas cooperativas de crédito, foram aval e alienação fiduciária.

No Quadro 06 serão apresentadas as garantias solicitadas nas cooperativas analisadas e também irá mostrar quais são os critérios para solicitar determinada garantia ao tomador de crédito.

Quadro 06 - Tipos de garantias solicitadas para a concessão de crédito

Cooperativas	Garantias
A	<p>AVAL: O aval tem que cobrir suas obrigações. Se a empresa solicitar R\$ 100.000,00, os avalistas tem que ter no mínimo um patrimônio de R\$ 100.000,00, ou ganhar o suficiente para cobrir a parcela.</p> <p>HIPOTECA: Tem linhas específicas que os valores são expressivos e são obrigatórias a hipoteca do imóvel. Para essa garantia, é solicitado uma avaliação de um corretor de imóvel, carimbado e assinado, para validar as informações. Caso verificado que os valores não condizem com a realidade do mercado, é solicitado uma avaliação de um corretor de imóveis indicado pela Cooperativa.</p> <p>PENHOR: É solicitado para beneficiamento de grão. Nesta linha, também poderá ser solicitado uma hipoteca, isso dependerá do valor, da movimentação e do histórico.</p> <p>ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA: Para toda transição que seja compra de veículo ou imóvel, é formalizado está garantia.</p>

B	<p>AVAL: Toda linha de crédito, os sócios das empresas assinam como Avalistas.</p> <p>ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA: Solicitado nas linhas de financiamentos de veículos e imóveis. Também é solicitado com a o valor for expressivo af é solicitado um imóvel para alienar e avalistas terceiros</p>
C	<p>AVAL: É solicitado sempre que efetuar uma operação de crédito. Para operações no valor de até R\$ 21.000,00 somente um aval, para operações até R\$ 50.000,00 solicitados 02 avais.</p> <p>ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA: Linhas de crédito acima de R\$ 50.000,00, e financiamento de veículos e imóveis são solicitadas alienação de veículo e imóveis.</p>

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Observou-se no Quadro 06 que a Cooperativa B e C não solicitam as garantias de Hipoteca e Penhor, somente a Cooperativa A solicitá-las. Verificaram-se semelhanças nos critérios para solicitar as garantias aos tomadores de crédito, como da garantia de aval, que para qualquer operação de concessão de crédito, é solicitado avalista para garantir a dívida e no caso de financiamentos de veículo ou imóvel é feito a garantia de alienação fiduciária do bem adquirido.

Silva (2003) ressalva que existem alguns fatores relevantes na definição da garantia e que a definição de qual é a melhor hipoteca a ser solicitada, ficará sob análise do analista de crédito. Na opinião dos gestores, os métodos adotados pela cooperativa, são eficazes em relação a inadimplência. Neste contexto, foi verificado qual é o índice atual da inadimplência das cooperativas, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 - Índice Atual de Inadimplência

Cooperativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
A	1,18%	12%
B	6,33%	65%
C	2,20%	23%
Total	10%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Verificou-se na Tabela 1 que a cooperativa que tem o maior índice de Inadimplência é a Cooperativa B, com 6,33%, significando 65 % da frequência relativa. Já as cooperativas A e C somam um total de 3,38 % de índice de inadimplência e um total de 35 % em relação a frequência relativa.

Benetti (2001) observou em seu estudo que 55% dos bancos analisados, tinham um índice de inadimplência de 0% a 5%. E, 45 % dos bancos analisados, tinham um índice de inadimplência de 5% a 10%.

Santos (2001) comenta que se a empresa adotar uma gestão de crédito liberal expandirá um maior volume de negócios, correndo o risco de aumentar a inadimplência, ou, se tiver uma política de crédito reguladora, reduzirá a taxa de inadimplência, mas conseqüentemente reduzirá o volume de negócio.

Foi questionado aos gestores, se os relatórios fornecidos pelos contadores condizem com a situação real das empresas solicitantes do crédito. Ambos os gestores, relataram que os relatórios não condizem. Eles também relataram sobre a importância destes documentos para a análise e para a empresa solicitante, pois se o faturamento estiver baixo do esperado, normalmente não será possível fornecer linhas de créditos e limites para a empresa. Já para as cooperativas, se as informações não estiverem condizentes com a realidade, torna-se difícil a análise da proposta, podendo elevar o grau de risco da operação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que a expansão do crédito nas últimas décadas foi um dos principais motores para o crescimento e desenvolvimento de negócios no Brasil, buscou-se entender como as Cooperativas de Crédito de Chapecó/SC estão atuando com suas políticas de crédito e o gerenciamento das concessões de crédito, tornando as aprovações seguras, enfatizando o risco de inadimplência, através das metodologias adotadas para a aprovação do crédito.

O objetivo principal dessa pesquisa foi analisar as metodologias adotadas para concessões de crédito aplicada para Pessoas Jurídicas nas Cooperativas de Crédito em Chapecó/SC. Utilizou-se de uma entrevista semiestruturada para coletar as informações junto aos gestores das 03 cooperativas analisadas. Para atender o objetivo geral proposto, foram delimitados 04 objetivos específicos, que foram alcançados na medida em que foi sendo desenvolvida a pesquisa.

O primeiro objetivo específico buscou identificar a metodologia adotada para concessão de crédito aplicado para Pessoas Jurídicas nas Cooperativas pesquisadas. O estudo apontou que existem vários fatores que contemplam a metodologia para a concessão de crédito.

Em relação ao segundo objetivo específico buscou-se verificar, na opinião dos gestores, se a metodologia adotada pelas Cooperativas é eficaz em relação a inadimplência, opinião essa

afirmada por todos gestores que relataram que acreditam que a metodologia adota é eficaz em relação a inadimplência.

O terceiro objetivo específico diagnosticou na visão dos gestores, se os relatórios contábeis fornecidos pelos profissionais contábeis condizem com a situação real das empresas solicitantes do crédito. O resultado foi unânime entre as cooperativas, onde afirmam que os relatórios não condizem com a realidade das organizações. Ainda pôde ser observado que os gestores entendem que isso prejudica tanto aos tomadores de crédito, que ficam limitados as linhas de crédito, por conta dos números serem insuficientes quanto para as cooperativas, que dificulta na análise financeira dos solicitantes.

Já o quarto e último objetivo específico foi efetuar um comparativo entre as políticas de crédito adotadas por cada Cooperativa, procurando apontar os pontos positivos e falhos. Diante disso, foi analisado que as Cooperativas pesquisadas detêm de uma metodologia para a concessão de crédito, porem cada uma determinou seus métodos, critérios e alçadas para as tomadas de decisão. No entanto, as metodologias adotadas por cada cooperativa, podem ser comparadas como semelhantes, pois conforme a relação com os estudos anteriores, elas estão atuando no mesmo sentido.

Com base nos dados levantados responde-se a problemática do estudo e verificou-se que os objetivos foram atingidos. Vale ressaltar a importância que a metodologia oferece para as cooperativas nas concessões de crédito. Pois através dela é possível determinar métodos, critérios, alçadas que facilitam na hora da tomada de decisão da aprovação ou reprovação do crédito solicitado. Também pode ser afirmado que uma metodologia alinhada, conseqüentemente diminui o risco de inadimplência, tornando os resultados finais das cooperativas, ainda mais atrativos aos seus cooperados.

Foi observada uma limitação no decorrer do desenvolvimento do estudo que tem a necessidade de ser destacada. Inicialmente, como já apontado ao início das análises dos dados, devido ao sigilo de algumas informações os gestores das cooperativas pesquisadas solicitaram que não apresentassem o nome da Cooperativa, do entrevistado, conseqüentemente também sobre o histórico, tipo e detalhes da cooperativa, assim dificultando nas comparações entre as cooperativas.

Apresentam-se algumas recomendações para a realização de novas pesquisas sobre o tema analisado, como, a aprofundar sobre os relatórios contábeis, objetivando um conhecimento amplo sobre a análise de crédito e tratar sobre classificação de crédito – *Credit Rating*.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. P. **Cooperativismo – “arte & ciência”**. São Paulo: Universitária de Direito, 2002.

AMORIN, R. **Perspectivas para 2016 em diante**. 2016. Disponível em: <http://ricamconsultoria.com.br/news/artigos/palestra_recuperacao_forte_industria>. Acesso em: 19 mar. 2016.

ASSAF NETO, A.; TIBÚRCIO SILVA, A. **Administração do capital de giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BARROS. A. J. S.; LEHFELD. N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BENETTI. J. E. **Análise das demonstrações contábeis para concessão de crédito em Instituições Financeiras**. 2001, 114 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, Chapecó, 2001.

BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BLATT, A. **Avaliação de risco e decisão de crédito: um enfoque prático**. São Paulo: Nobel, 1999.

BRIGHAM. E. F.; GAPENSKI. L. C; EHRHARDT. M. C. **Administração Financeira: teoria e prática**. Tradução: Alexandre Loureiro Guimarães Alcântara, José Nicolas Albuja Salazer. São Paul: Atlas, 2001.

CHIAVENATO, I. **Introdução a Teoria Geral a Administração: edição compacta**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FARIA, J. **Administração: Introdução ao estudo**. São Paulo: Pioneira, 1994.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 7. ed. Supervisão de Tradução e Revisão Técnica por Jean Jacques Salim e João Carlos Douat. São Paulo: HARBRA, 1997.

HOJI, M. **Administração financeira: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Administração financeira e orçamentária: Matemática financeira aplicada, estratégias financeiras e orçamento empresarial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

JUCIUS, M. J.; SCHLENDER, W. E. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 1979.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologias científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, E; ASSAF NETO, A. **Administração Financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias**. São Paulo: Atlas, 1993.

MAXIMIANO, A. **Teoria Geral da Administração: Da revolução urbana a revolução digital**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MENDES, F. S. **Limites operacionais em Cooperativas Singulares de Crédito**. 2007, 55 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007.

OLIVEIRA. M. M. **Projetos, relatórios e textos na educação básica: como fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. 2010. Disponível em: <http://www.somoscooperativismo.coop.br/#/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: 20 abr. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - OCESC. **Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Expressão, 2011.

_____. **Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Expressão, 2014.

PAGNUSSATT. A. **Guia do Cooperativismo de Crédito – organização governança e política corporativas**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2004.

PINHO. D. B. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

POLONIO. W. A. **Manual das sociedades cooperativistas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RAMPAZZO, S. E; CORRÊA, F. Z. M. **Desmitificando a metodologia científica: guia prático de produção de trabalhos acadêmicos**. Erechim, RS: Habilis, 2008.

REITER, D. A. **Gestão dos Riscos Financeiros na Área de Crédito. Um Estudo de Caso de uma Cooperativa de Crédito de Chapecó/SC**. 2013, 69 f. Monografia (Graduação em Administração). Faculdade Empresarial de Chapecó, Chapecó, 2013.

RESTI. A; SIRONI. A. **Gestão do Risco na Atividade Bancária e Geração de Valor para o Acionista**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

RIGO, C. M; CHEROBIM, A. P. M. S; LEMES JUNIOR, A. B. **Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ROESCH, S. M. A. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROSA, F. **Sistemas especialistas para a análise de risco de concessão de crédito bancário.** 1992, 195 f. Dissertação (Mestrado em Administração da Produção e Sistemas de Informações). Curso de Pós-Graduação da EASP/FGV. São Paulo, 1992.

ROSS, S. A; WESTERFIELD, R. W; JAFFE, J. F. **Administração Financeira.** Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SÁ, C. A. **Estabelecimentos de Limite de Crédito: uma nova abordagem para um velho problema.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

SANTOS, E. O. **Administração financeira da pequena e média empresa.** São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, J. P. **Gestão e análise de risco de crédito.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SOARES, E. A. S. **Instrumentos utilizados para análise de crédito nas Cooperativas de Crédito de Blumenau- SC.** 2006, 63 f. Monografia (Ciências Contábeis). Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006.

SOBRAL, F; PECI, A. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

VEIGA, S. M.; FONSECA. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WESTON, J. F.; BRIGHAM, E. F. **Fundamentos da Administração Financeira.** 10. ed.. Tradução por Sidney Stancatti. Revisão Técnica: Fabio Gallo Garcia e Luis Alberto Bertucci. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.